Quelimane acolhe II seminário sobre penas alternativas à pena de prisão

No âmbito da preparação para a implementação das reformas no domínio da justiça penal, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, através do Serviço Nacional Penitenciário irá realizar, quarta e quinta-feira, na cidade de Quelimane, província da Zambézia, o II seminário nacional sobre a Estratégia de Implementação das Penas Alternativas à Pena de Prisão.

O seminário procura responder a novos desafios impostos ao Sistema da Administração da Justiça, resultantes da evolução da Legislação Penal no país, substanciada na revisão do Código Penal e aprovação da legislação específica da área penitenciária, mormente, Lei nº 3/2013, de 16 de Janeiro, conjugada com o Decreto nº 63/2013 de 6 de Dezembro, que aprova o Estatuto Orgânico do SERNAP. Para o efeito, o Secretário Permanente da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Ângelo Paúnde, desloca-se

à Quelimane para presidir o evento a decorrer sob o lema, “Penas Alternativas à Pena de Prisão: Um factor de Humanização do Sistema Penitenciário”.

Para os Órgãos da Administração da Justiça, o Seminário constitui uma oportunidade para reflexão sobre as formas de coordenação entre os diversos intervenientes no processo de implementação das Penas Alternativas à Pena de Prisão, criação de bases para a preparação do processo de implementação das (PAPP), identificação e mobilização de parceiros institucionais e da Sociedade Civil.

Para além de reflectir sobre os desafios

para a aplicação das referidas penas, os participantes irão ainda analisar as medidas educativas e socialmente úteis, o regime jurídico e sua aplicação bem como a articulação com as autoridades judiciais e parceiros da rede social.

Foram convidados a tomar parte do evento, Magistrados Judiciais e do Ministério

Público, Comandantes Provinciais da PRM (zona centro), Directores Provinciais de Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (zona centro), Quadros Superiores do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e do SERNAP, Directores de Estabelecimentos Penitenciários (zona centro), Organizações da Sociedade Civil, Parceiros de Cooperação bem como Representantes das instituições públicas e privadas que prossigam fins públicos ou comunitários.